



Nesta obra, a autora discorre sobre os programas de *compliance* no âmbito das licitações públicas e contratos administrativos sob a perspectiva da Lei nº 12.486/2013 (Lei Anticorrupção). A abordagem é didática, tratando pormenorizadamente de cada um dos requisitos elencados no artigo 42 do Decreto nº 8.420/2015 como parâmetros objetivos para a avaliação dos programas de *compliance*. A análise passa, ainda, pelas orientações contidas em guias e manuais oficiais, pelo entendimento proferido pelos órgãos de controle – nacionais e internacionais –, pelos relatórios de avaliação do “Pró-Ética” e pelos principais aspectos da ISO 37001. O objetivo é trazer maior clareza sobre os elementos necessários para que um programa de *compliance* seja considerado eficiente. Trata-se de título indispensável para os operadores do Direito, advogados, promotores, juízes e, em especial, para os agentes públicos membros dos órgãos de controle e controladorias internas de todas as esferas.

FERNANDA SANTOS SCHRAMM

## COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

*Prefácio*

Gustavo Henrique Justino de Oliveira

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO

**Áreas afins**

LICITAÇÃO PÚBLICA, CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS, COMPLIANCE.

**Público-alvo/consumidores**

AGENTES PÚBLICOS, SOBRETUDO OS  
MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E  
CONTROLADORIAS INTERNAS, ADVOGADOS,  
ESTUDANTES E EMPRESÁRIOS.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001558

S377c Schramm, Fernanda Santos

Compliance nas contratações públicas/ Fernanda Santos Schramm.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

363 p.; 14,5cm x 21,5cm  
ISBN: 978-85-450-0636-7

1. Direito Administrativo. 2. Licitação Pública. 3. Contratos Administrativos. 4. Compliance. I. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SCHRAMM, Fernanda Santos. *Compliance nas contratações públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 363 p. ISBN 978-85-450-0636-7.

## **Fernanda Santos Schramm**

Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Educação Executiva em *Compliance* e Gestão em *Compliance* pelo INSPER/SP. Vice-Presidente da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC. Membro da Comissão de *Compliance* da OAB/SC. Graduada no curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

|                                            |    |
|--------------------------------------------|----|
| Gustavo Henrique Justino de Oliveira ..... | 15 |
|--------------------------------------------|----|

|           |                                                                                                                                                                                                       |     |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1         | Introdução .....                                                                                                                                                                                      | 19  |
| 2         | Marcos teóricos do fenômeno da corrupção: delimitação do objeto de estudo .....                                                                                                                       | 22  |
| 2.1       | Perspectivas da corrupção.....                                                                                                                                                                        | 25  |
| 2.1.1     | Abordagem econômica do fenômeno da corrupção: a teoria da escolha racional e os sistemas de incentivo.....                                                                                            | 26  |
| 2.1.2     | Abordagem sociológica: a importância dos valores socioculturais .....                                                                                                                                 | 35  |
| 2.1.3     | A necessidade de abandonar o discurso maniqueísta de combate à corrupção.....                                                                                                                         | 43  |
| 2.2       | O contexto da corrupção no Brasil.....                                                                                                                                                                | 46  |
| 2.2.1     | A herança patrimonialista: a dificuldade em distinguir o público do privado.....                                                                                                                      | 48  |
| 2.2.2     | A familiaridade com a corrupção e a cultura da impunidade.....                                                                                                                                        | 52  |
| 2.2.3     | O tamanho da Administração Pública: o amplo poder conferido às autoridades públicas como fator contributivo ao fenômeno da corrupção.....                                                             | 55  |
| 2.2.4     | O lugar da corrupção no âmbito das contratações públicas: aspectos destacados das fraudes praticadas.....                                                                                             | 57  |
| 2.2.4.1   | Vícios na etapa preparatória da contratação .....                                                                                                                                                     | 64  |
| 2.2.4.2   | Vícios na fase externa da contratação .....                                                                                                                                                           | 69  |
| 2.2.4.3   | Vícios no curso da execução do contrato.....                                                                                                                                                          | 75  |
| 3         | Os contornos jurídicos da corrupção.....                                                                                                                                                              | 81  |
| 3.1       | Esforços internacionais e estrangeiros de combate à corrupção .....                                                                                                                                   | 81  |
| 3.1.1     | Legislação anticorrupção nos Estados Unidos – <i>The False Claims Act</i> (FCA), o <i>Foreign Corrupt Practices Act</i> (FCPA) e a <i>Lei Sarbanes-Oxley Act</i> .....                                | 82  |
| 3.1.2     | O combate à corrupção na cena internacional: OEA, OCDE, ONU, o Banco Mundial e a Transparência Internacional .....                                                                                    | 99  |
| 3.1.3     | O <i>UK Bribery Act</i> .....                                                                                                                                                                         | 102 |
| 3.2       | A estratégia brasileira de combate à corrupção.....                                                                                                                                                   | 106 |
| 3.2.1     | Contornos jurídicos: situando a corrupção no ordenamento jurídico brasileiro.....                                                                                                                     | 107 |
| 3.2.1.1   | O crime de corrupção .....                                                                                                                                                                            | 108 |
| 3.2.1.2   | Corrupção e improbidade administrativa .....                                                                                                                                                          | 114 |
| 3.2.1.3   | A prática do <i>lobby</i> : a falta de regulamentação e a equiparação com atos de corrupção .....                                                                                                     | 120 |
| 3.2.1.4   | A Lei Federal nº 12.813/2013 e a pretensão de regulamentar os conflitos de interesses dos servidores federais .....                                                                                   | 123 |
| 3.2.2     | A Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) .....                                                                                                                                                | 125 |
| 3.2.2.1   | A responsabilidade objetiva por ato de terceiro .....                                                                                                                                                 | 130 |
| 3.2.2.2   | A implantação do programa de <i>compliance</i> como condição para a celebração do acordo de leniência .....                                                                                           | 137 |
| 3.2.3     | O Código de Conduta da Alta Administração e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.....                                                                  | 142 |
| 3.2.4     | A Lei Federal nº 13.303/2016: a obrigatoriedade do programa de <i>compliance</i> no âmbito das empresas estatais .....                                                                                | 145 |
| 3.2.5     | O Decreto nº 9.203/2017 e o programa de <i>compliance</i> no âmbito da Administração Pública federal .....                                                                                            | 147 |
| 3.2.6     | A exigência de mecanismos de integridade para as empresas que contratam com a Administração Pública: o que determinam as leis do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso e Espírito Santo ..... | 148 |
| 4         | Afinal, o que é <i>compliance</i> ? .....                                                                                                                                                             | 155 |
| 4.1       | Governança corporativa, auditoria interna e <i>compliance</i> .....                                                                                                                                   | 156 |
| 4.1.1     | Governança corporativa e <i>compliance</i> .....                                                                                                                                                      | 156 |
| 4.1.2     | Auditoria interna e <i>compliance</i> .....                                                                                                                                                           | 164 |
| 4.1.3     | O programa de <i>compliance</i> : algumas questões conceituais.....                                                                                                                                   | 165 |
| 4.1.3.1   | <i>Compliance officer</i> .....                                                                                                                                                                       | 170 |
| 4.1.3.1.1 | Responsabilidade do <i>compliance officer</i> .....                                                                                                                                                   | 178 |
| 4.1.3.1.2 | Obrigação de reporte às autoridades públicas.....                                                                                                                                                     | 185 |
| 4.1.3.2   | <i>Compliance monitor</i> (monitor independente ou monitor externo) .....                                                                                                                             | 189 |
| 4.2       | Como implantar um programa de <i>compliance</i> : elementos essenciais de acordo com o artigo 42 do Decreto nº 8.420/2015.....                                                                        | 198 |
| 4.2.1     | Comprometimento da alta direção da empresa (inciso I) .....                                                                                                                                           | 201 |
| 4.2.2     | Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade (incisos II e III) .....                                                                                                | 207 |
| 4.2.3     | Treinamentos periódicos (inciso IV).....                                                                                                                                                              | 213 |
| 4.2.4     | Análise periódica de riscos e monitoramento contínuo do programa de <i>compliance</i> (incisos V e XV).....                                                                                           | 219 |
| 4.2.5     | Registros contábeis completos e precisos e controles internos que assegurem a confiabilidade das informações (incisos VI e VII) .....                                                                 | 225 |

|         |                                                                                                                                                    |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.6   | Procedimentos voltados à prevenção de fraudes e ilícitos nas contratações públicas e nas demais interações com o Poder Público (inciso VIII) ..... | 228 |
| 4.2.6.1 | Políticas de relacionamento com o setor público e contratações públicas.....                                                                       | 231 |
| 4.2.6.2 | Políticas relativas ao oferecimento de brindes, presentes ou hospitalidade .....                                                                   | 237 |
| 4.2.7   | Independência, estrutura e autoridade da instância de <i>compliance</i> (inciso IX) .....                                                          | 243 |
| 4.2.8   | Canais de denúncia e comunicação (inciso X) .....                                                                                                  | 252 |
| 4.2.9   | Medidas disciplinares em caso de violação do programa de <i>compliance</i> (inciso XI) .....                                                       | 258 |
| 4.2.10  | Procedimentos que busquem assegurar a pronta interrupção da infração e a remediação dos danos gerados (inciso XII) .....                           | 261 |
| 4.2.11  | <i>Due diligence</i> (incisos XIII e XIV) .....                                                                                                    | 269 |
| 4.2.12  | Transparência quanto às doações para candidatos e partidos políticos (inciso XVI) .....                                                            | 275 |
| 4.3     | O <i>compliance</i> nas estatais (Lei Federal nº 13.303/2016) .....                                                                                | 278 |
| 5       | A função do <i>compliance</i> no combate à corrupção.....                                                                                          | 285 |
| 5.1     | O <i>compliance</i> nas empresas que contratam com o poder público: os sistemas de incentivo e a importância de uma cultura de conformidade.....   | 286 |
| 5.1.1   | O papel dos incentivos .....                                                                                                                       | 289 |
| 5.1.2   | A importância dos controles preventivos e da certeza da sanção .....                                                                               | 300 |
| 5.2     | Saindo do papel: mecanismos para evitar o <i>compliance</i> “de aparência” .....                                                                   | 305 |
| 5.2.1   | Necessidade de avaliação do programa de <i>compliance</i> por auditoria externa.....                                                               | 306 |
| 5.2.2   | Responsabilidade pessoal dos responsáveis pelo programa de <i>compliance</i> , mecanismos de rodízio e garantia de estabilidade .....              | 312 |
| 5.2.3   | Inexistência de dever de reporte às autoridades públicas .....                                                                                     | 316 |
| 5.3     | O <i>compliance</i> como exigência nas licitações públicas .....                                                                                   | 317 |
| 5.3.1   | Os excessos no combate à corrupção e a “ <i>blacklist</i> ” da Petrobras .....                                                                     | 318 |
| 5.3.2   | A exigência do programa de <i>compliance</i> no processo de licitação .....                                                                        | 322 |
|         | Conclusão .....                                                                                                                                    | 327 |

|                  |     |
|------------------|-----|
| REFERÊNCIAS..... | 339 |
|------------------|-----|